
De: ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A.

Processo: 06.0280

Anexos: Sim

Assunto: Consulta denominada “Unidade de tratamento de água do reservatório da Apresentação” – Convite para apresentação de proposta

1 Objeto

1.1 O presente procedimento tem por objeto a execução da empreitada de “Unidade de tratamento de água do reservatório da Apresentação”, (06.0280) de acordo com as especificações constantes do Caderno de Encargos.

1.2 O objeto do presente procedimento insere-se na categoria CPV - 45252120-5 (Construção de estação de tratamento de água) conforme o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos e as Diretivas do Parlamento Europeu e do Conselho 2004/17/CE e 2004/18/CE, relativas aos processos de adjudicação de contratos, no que respeita à revisão do CPV.

2 Identificação da Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a “ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A.”, NIPC 509474513, com sede na Rua dos Ferreiros, n.º 148 - 150, 9000-082 Funchal, Região Autónoma da Madeira, com o telefone n.º 291201020, com o fax n.º 291 201 021 e com o endereço de correio eletrónico: geral@arm.pt.

3 Decisão de Contratar

A decisão de contratar o presente procedimento foi tomada pelo Conselho de Administração da ARM-Águas e Resíduos da Madeira, S.A.

4 Fundamento

A escolha do presente procedimento por consulta prévia foi efetuada nos termos da alínea c) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, conjugado com o artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, ambos na sua atual redação.

5. Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante Acesso/Registo

- 5.1. A plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante é a AcinGov.
- 5.2. O acesso à plataforma eletrónica AcinGov é gratuito. De forma a aceder à plataforma, os interessados deverão efetuar o seu registo no endereço eletrónico: <http://www.acingov.pt>.
- 5.3. Para tal, deverá aceder à área “Aderir”. Para concluir o registo deverá seguir os passos do formulário e imediatamente recebe no email as credenciais de acesso como outros emails da acinGov.
- 5.4. No caso de o interessado já ter procedido previamente ao registo na plataforma AcinGov, o n.º 2 e 3 não se aplica, necessitando apenas de introduzir o “Username” e “Password” atribuídos.

6 Serviços de apoio a todos os interessados

- 6.1. A equipa AcinGov, tem à disposição de todos os interessados uma linha direta de apoio 707 451 451 ou através do email: apoio@acingov.pt
- 6.2. Caso a equipa AcinGov não identifique qualquer anomalia na plataforma AcinGov, os interessados deverão ser os únicos responsáveis por quaisquer atrasos nos prazos de submissão de pedidos de esclarecimentos, erros e omissões, entrega de propostas, pronúncias em sede audiência prévia e reclamações à documentação de habilitação. No presente ponto incluem-se também todas ações que, no decorrer de um procedimento, estejam ao abrigo de um prazo obrigatório estipulado pela legislação em vigor.

7 Peças do Procedimento

As peças do procedimento serão integralmente disponibilizadas, de forma direta, na plataforma eletrónica AcinGov.

8 Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento

- 8.1. A retificação das peças do procedimento e a decisão sobre erros ou omissões identificadas pelos interessados é da competência do órgão competente para a decisão de contratar, sendo os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso da competência do Júri do Procedimento.
- 8.2. No **primeiro terço** do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no

mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

- 8.3. Os interessados deverão enviar os seus pedidos através da plataforma eletrónica, disponível na plataforma eletrónica AcinGov.
- 8.4. A lista de erros e omissões a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número 2 do artigo 50 do CCP e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
- 8.5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a) O Júri, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
- 8.6. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
- 8.7. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela ARM, S.A. e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
- 8.8. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

9 Concorrentes

- 9.1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.
- 9.2. Não podem ser concorrentes, as entidades que não cumpram qualquer das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro

e no artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2009/M, de 14 de agosto, com remissão para o n.º 2 do artigo 7.º do mesmo diploma.

9.3. Em conformidade com o n.º 2 do 117.º do CCP, **não são admitidos agrupamentos**.

10 Apresentação das propostas

- 10.1. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente apresentados na plataforma eletrónica AcinGov - <http://www.acingov.pt> - através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
- 10.2. Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 10.3. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).
- 10.4. O uso da plataforma AcinGov implica que o computador a ser utilizado pelo interessado esteja preparado com os **requisitos mínimos** disponíveis no site da plataforma AcinGov www.acingov.pt. Para mais informações, efetue o login na plataforma, passe o cursor em ajuda (canto superior esquerdo) e clique em perguntas frequentes.
- 10.5. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:
 - a) No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;
 - b) Que deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - c) Cujas receção será registada por referência à respetiva data e hora.

11 Documentos que constituem as propostas

- 11.1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos, em concordância com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, pela seguinte ordem:
 - a) **Declaração do Anexo I** do qual faz parte integrante do convite (de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação);

- b) **Preço:** documento que contenha o **preço total máximo estimado (Anexo II)**;
 - c) **Lista de preços unitários**, de acordo com o **(Anexo III)**;
 - d) Indicar os preços parciais dos trabalhos que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas nos alvarás ou nos certificados de empreiteiro de obras públicas, ou nas declarações emitidas pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P., nos termos do n.º 4 do artigo 60.º do CCP;
 - e) Plano de trabalhos, tal como definido no artigo 361.º do CCP, quando o caderno de encargos seja integrado por um projeto de execução;
 - i. Gráfico de barras com a previsão do escalonamento diário da execução dos trabalhos/atividades que constituem a empreitada, definindo com clareza os diferentes prazos e atividades;
 - ii. Plano de Pagamentos;
 - iii. Plano de Mão-de-Obra – Deve apresentar uma relação do pessoal afeto à obra, com a identificação do número de trabalhadores e a sua distribuição temporal pelas atividades constantes no Plano de Trabalhos;
 - iv. Plano de Equipamentos – Deve apresentar uma relação das máquinas e equipamentos, que serão utilizadas na execução dos trabalhos da empreitada. Deve apresentar uma distribuição temporal por atividades em correlação com o Plano de Trabalhos;
 - f) **Cronograma financeiro**;
 - g) Outros documentos considerados indispensáveis, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, desde que não contrariem o convite e o caderno de encargos;
 - h) Todos os documentos devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar e acompanhados de instrumento que permita comprovar os respetivos poderes do assinante (ex: certidão do registo comercial/certidão permanente, com todas as inscrições em vigor, procuração ou certificado digital que permita relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura).
- 11.2. Aquando da submissão da proposta, o concorrente **deverá preencher na plataforma o formulário principal**, que é parte integrante da sua proposta, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 11.3. **Todos os documentos referidos no n.º 12.1 devem ser assinados** pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

- 11.4. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
- 11.5. **Os preços unitários devem ser arredondados até à 3.ª casa decimal.**
- 11.6. **Caso sejam apresentados preços unitários que excedam a 3.ª casa decimal os mesmos serão oficiosamente arredondados, nos termos do número anterior.**
- 11.7. **Os subtotais e o preço total devem ser arredondados até à 2.ª casa decimal.**
- 11.8. **Caso sejam apresentados subtotais e preço total que excedam a 2.ª casa decimal os mesmos serão oficiosamente arredondados, nos termos do número anterior.**
- 11.9. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
- 11.10. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
- 11.11. Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa à exceção de eventuais documentos técnicos que poderão ser apresentados em inglês, francês ou espanhol.
- 11.12. Em conformidade com o n.º 2 do 117.º do CCP, não são admitidos agrupamentos.

12. Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

13. Prazo para a apresentação das propostas

As propostas podem ser apresentadas, na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, AcinGov – <http://www.acingov.pt>, até às **17H00 do 10º dia** a contar da publicação do procedimento na plataforma eletrónica.

14. Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de 66 dias o prazo da obrigação da manutenção das propostas.

15. Critério de adjudicação

- 15.1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator-preço.
- 15.2. Critério de desempate: caso duas ou mais propostas sejam ordenadas em primeiro lugar, as mesmas serão desempatadas pela seguinte ordem:

- i) Será adjudicada a proposta que apresentar o mais baixo preço unitário para o item 1.1 “Montagem e desmontagem de estaleiro, incluindo transporte montagem, aluguer e desmontagem de andaimes, maquinas e equipamentos necessários, transporte e deslocações de meios humanos afetos á execução dos trabalhos, proteção de envolvente, elementos de fachada e equipamentos, nomeadamente portões, janelas, grelhas e portas de acesso á instalação, equipamentos elétricos e eletromecânicos, limpeza final de obra e todos os demais trabalhos acessórios necessários à correta execução da obra”, da Lista de Preços Unitários;

15.3. Se, ainda assim, subsistir a igualdade entre as propostas, proceder-se-á ao desempate através da realização de uma sessão pública de sorteio, com extração de bolas numeradas, a decorrer nos seguintes termos:

- a) Após o termo do prazo de audiência prévia, o Júri promoverá um sorteio, a realizar em sessão pública, na sede da ARM, S.A., na Rua dos Ferreiros 148-150, Funchal, em dia e hora objeto de comunicação prévia aos concorrentes com propostas empatadas;
- b) Os concorrentes ou os seus representantes que queiram comparecer ao sorteio devem fazer-se acompanhar da respetiva identificação ou credencial que lhes confira os necessários poderes de representação, sob pena de se considerarem como ausentes;
- c) O ato iniciar-se-á com a verificação dos documentos de identificação dos concorrentes e das credenciais dos seus representantes;
- d) O Presidente do Júri nomeará oficiosamente um representante *ad hoc* para cada um dos concorrentes que não compareçam nem se façam representar no ato, o qual não poderá pertencer ao Júri nem ao Conselho de Administração da ARM, S.A.;
- e) Posteriormente, o Presidente do Júri procede à inserção das bolas numeradas em quantidade equivalente ao número de propostas empatadas num saco opaco e fechado, que permanecerá à vista de todos os presentes;
- f) Seguidamente, a ordenação dos concorrentes, para efeitos de extração das bolas, será determinada pela maior pontuação obtida através do lançamento de dados realizado pelos mesmos concorrentes ou seus representantes (legais ou *ad hoc*);
- g) Pela ordem apurada, cada um dos concorrentes ou cada um dos seus representantes (legais ou *ad hoc*) extrairão uma bola do saco, sem olhar para o seu interior;

- h) O Júri procederá à ordenação das propostas dos concorrentes em função dos números extraídos por cada um deles ou pelos seus representantes (*legais ou ad hoc*), propondo a adjudicação da proposta que tiver obtido a bola com o número “1”;
- i) Deste ato será lavrada ata que será assinada por todos os presentes.

16. Documentos de habilitação

- 16.1. Nos termos do artigo 81.º do CCP e artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, o adjudicatário, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da notificação da decisão de adjudicação, deverá apresentar cópia dos seguintes documentos de habilitação (por fax ou e-mail):
- a) Declaração do **Anexo IV** do presente convite (de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação);
 - b) Certificado comprovativo de que a entidade se encontra com a situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal e à Região Autónoma da Madeira ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - c) Certificado comprovativo de que a entidade se encontra com a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Certificado de registo criminal da pessoa singular ou da pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, de como não foram condenados por sentença transitada em julgado, ou, em caso afirmativo, se já ocorreu a sua reabilitação, por algum dos crimes previstos na alínea h) do artigo 55.º do CCP;
 - e) Última declaração de rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira;
 - f) Última declaração de rendimentos e retenções residentes (modelo 10 e DMR);
 - g) Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
 - h) Anexo R da última declaração periódica do IVA;
 - i) Declaração, sob compromisso de honra, assinada pelo adjudicatário ou por quem o obriga, referindo que não está legalmente obrigado ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, conforme modelo constante do **Anexo V** do presente convite (caso aplicável);

j) Indicação do número de alvará de construção, ou título de registo, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P. (IMPIC, I. P.) a consultar on-line na plataforma <http://www.inci.pt> (conforme medida Simplex – M092 – Desmaterialização de Títulos habilitantes na construção) para efeitos de comprovação da detenção das seguintes autorizações exigidas:

- 1ª Subcategoria da 1ª categoria, na classe correspondente ao valor total da sua proposta (Estruturas e elementos de betão)
- 4ª Subcategoria da 1ª categoria, na classe correspondente ao valor dos trabalhos que lhe respeite (Alvenarias Rebocos e assentamento de cantarias)
- 1ª Subcategoria da 5ª categoria, na classe correspondente ao valor dos trabalhos que lhe respeite (Demolições)
- 2ª Subcategoria da 5ª categoria, na classe correspondente ao valor dos trabalhos que lhe respeite (Movimentação de Terras)

16.2. Para efeitos da verificação das habilitações referidas no número anterior, o adjudicatário pode apresentar alvarás ou títulos de registo da titularidade de subcontratos, desde que acompanhados de declaração através da qual estes se comprometem, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações delas constantes.

16.3. Juntamente com os documentos de habilitação o adjudicatário deverá, ainda, apresentar os seguintes documentos:

- a) Certidão do Registo Comercial da empresa ou código de acesso à certidão permanente (consoante o caso);
- b) Identificação completa (através de cópias do B.I. e do cartão do cidadão e indicação de residência) da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o contrato, acompanhadas da respetiva autorização, com junção dos documentos que atribuem poderes para o efeito, caso seja exigível a redução do contrato a escrito, nos termos do artigo 95.º do CCP;
- c) Documento comprovativo de registo no Registo Central de beneficiário Efetivo (**RCBE**).

16.4. Tendo em atenção o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela mencionada Lei, **impede a celebração do contrato decorrente**

do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do artigo 87.º-A do CCP.

- 16.5. O adjudicatário deve apresentar a reprodução dos documentos de habilitação referidos no número anterior através da plataforma eletrónica AcinGov (clicando no separador “Adjudicação”, no final da página, anexando o documento exigido em cada uma das linhas ou em alternativa poderá associar outros documentos de habilitação) ou, no caso da mesma se encontre indisponível, através do correio eletrónico: geral@arm.pt.
- 16.6. A ARM, S.A. pode sempre solicitar ao adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.
- 16.7. Os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º do CCP.
- 16.8. Os documentos de habilitação elaborados ou preenchidos pelo adjudicatário devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 16.9. Caso os documentos de habilitação apresentados apresentem irregularidades a entidade adjudicante fixará um prazo não superior a **5 (cinco) dias úteis** para suprimimento das irregularidades detetadas.
- 16.10. **Em caso de subcontratação**, e desde que autorizada pela entidade adjudicante, as entidades subcontratadas deverão apresentar os documentos de habilitação exigidos ao adjudicatário.

17. Caução para Garantir o Cumprimento das Obrigações

Não é exigível a prestação de caução, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

18. Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

19. Despesas e encargos

As despesas e os encargos inerentes à elaboração das propostas e redução do contrato a escrito, são da responsabilidade do adjudicatário.

20. Regime supletivo

Em tudo o que não estiver expressamente consagrado aplicam-se as normas constantes do Código dos Contratos Públicos, as quais, nos termos do respetivo artigo 51.º, prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho de Administração

(Amílcar Gonçalves)

ANEXO I. MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, e de acordo com o art.º 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a)

b)

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II -M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos

comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁴⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II. MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Proposta de Preço

..... (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), titular do alvará de construção, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P. (IMPIC, I. P.) n.º (ou, se for o caso, do certificado de inscrição na Lista Oficial de Empreiteiros Aprovados do Estado), contendo as autorizações (indicar natureza e classe), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento denominado “.....”, a que se refere o anúncio publicado no datado de, obriga-se a celebrar contrato, em conformidade com o constante no Programa de Procedimento, respetivo Caderno de Encargos e demais Anexos, pelo preço global de (por algarismos e por extenso), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Data

Assinatura

ANEXO III. LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS

cód.	DESIGNAÇÃO	UN.	QUANT.	PREÇOS UNITÁRIOS	PREÇO TOTAL
1	Estaleiro				
1.1	Montagem e desmontagem de estaleiro, incluindo transporte montagem, aluguer e desmontagem de andaimes, máquinas e equipamentos necessários, transporte e deslocações de meios humanos afetos à execução dos trabalhos, proteção de envolvente, elementos de fachada e equipamentos, nomeadamente portões, janelas, grelhas e portas de acesso à instalação, equipamentos elétricos e eletromecânicos, limpeza final de obra e todos os demais trabalhos acessórios necessários à correta execução da obra.	un	1,00		
2	Escavação e Aterro				
2.1	Escavação para implantação de novo edifício (estação de cloragem), cuidada até 2,00m de altura em talude, sem entivação, em terrenos da Classe D (areias, solos moles, misturas areia-seixo soltas, aterros e entulhos) com meios mecânicos e ou manuais, em condições de trabalho fáceis (descarga em pilha ou camião a um nível mais baixo, ausência de obstruções), incluindo carregamento dos materiais escavados em camião.	m3	30,80		
2.2	Aterro em valas com terras provenientes da escavação incluindo respaldo, espalhamento, rega e compactação em camadas de 25cm com saltitão	m3	10,74		
2.3	Desmatção e decapagem e escavação de camada de terreno com cerca de 10cm de espessura, com meios manuais incluindo carregamento dos materiais escavados em camião.	m2	32,00		
2.4	Escavação em abertura de vala, para implantação de caleira técnica, até 70cm de altura em terrenos da Classe B (rochas brandas ou muito alteradas, solos coerentes muito duros) com meios mecânicos, em condições de trabalho fáceis (descarga em pilha ou camião a um nível mais baixo, ausência de obstruções), incluindo carregamento dos materiais escavados em camião e transporte a vazadouro.	m3	5,86		



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



CÓD.	DESIGNAÇÃO	UN.	QUANT.	PREÇOS UNITÁRIOS	PREÇO TOTAL
2.5	Escavação para implantação de laje de pavimento de unidade de filtragem, em terrenos da Classe B (rochas brandas ou muito alteradas, solos coerentes muito duros) com meios mecânicos, em condições de trabalho fáceis (descarga em pilha ou camião a um nível mais baixo, ausência de obstruções), incluindo carregamento dos materiais escavados em camião e transporte a vazadouro.	m3	2,00		
2.6	Escavação em vala para implantação de lintel de fundação da nova vedação, até 40cm de altura em terrenos da Classe B (rochas brandas ou muito alteradas, solos coerentes muito duros) com meios mecânicos, em condições de trabalho fáceis (descarga em pilha ou camião a um nível mais baixo, ausência de obstruções), incluindo carregamento dos materiais escavados em camião e transporte a vazadouro.	m3	1,23		
3	Demolições				
3.1	Execução de corte e demolição de parede em betão até 20cm de espessura executada com disco montado em calha, incluindo remoção de produtos sobranes a vazadouro.	m2	1,44		
3.2	Execução de demolição de pavimento exterior e lancis em betão de acesso à instalação incluindo remoção de produtos sobranes a vazadouro.	m2	4,52		
3.3	Execução de desmontagem cuidada de vão de porta (aro+porta) exterior existente, incluindo reparação de pontos de corrosão decapagem e pintura, incluindo primário, com esquema de pintura de esmalte acrílico enriquecido com poliuretano do tipo AC-Thane da CIN ou equivalente.	un	1,00		
3.4	Execução de desmontagem de prumos e vedação exterior (na frente de estrada do Caminho da Apresentação) em rede de malha solta plastificada, incluindo a limpeza decapagem e pintura, incluindo aplicação de primário com esquema de pintura de esmalte acrílico enriquecido com poliuretano do tipo AC-Thane da CIN ou equivalente, em de prumos e vão de acesso, incluindo a remoção de rede existente a vazadouro.	ml	13,65		
3.5	Execução de demolição do nexo de contadores de abastecimento eléctrico (a executar no final da Obra), incluindo remoção de produtos sobranes a vazadouro e reposição de envolvente.	un	1,00		



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



CÓD.	DESIGNAÇÃO	UN.	QUANT.	PREÇOS UNITÁRIOS	PREÇO TOTAL
4	Estrutura				
4.1	Fornecimento e aplicação de betão de limpeza da classe C12/15 X0 53 Dmax=22mm Ci=1,0 com 10cm de espessura média incluindo espalhamento em:				
4.1.1	Estação de Cloragem	m2	10,03		
4.1.2	Caleira Técnica	m2	8,37		
4.1.3	Unidade de Filtragem	m2	4,00		
4.1.4	Lintéis de Fundação (vedação exterior)	m2	3,08		
4.2	Fornecimento e aplicação de betão da Classe C30/37, incluindo cofragem tradicional melhorada e armaduras em aço A500NR, transporte de materiais, preparação, carga, transporte, colocação em obra devidamente vibrado e curado, descofragem e todos os trabalhos complementares à boa execução da obra, em:				
4.2.1	Lajes (estação de cloragem)	m3	5,80		
4.2.2	Muros (estação de cloragem)	m3	3,59		
4.2.3	Pilares (estação de cloragem)	m3	0,54		
4.2.4	Caleira técnica	m3	2,52		
4.2.5	Laje (unidade de filtragem)	m3	1,20		
4.2.6	Lintéis de Fundação (vedação exterior)	m3	1,23		
4.3	Execução e assentamento de lajeta em pré fabricado de betão C30/37, incluindo armadura com a dimensão de 80x10x10cm em cobertura de levada a céu aberto (passeio pedonal Caminho da Apresentação), incluindo a regularização da base de assentamento, betonilha de regularização e guia de lancil, todos os trabalhos complementares à boa execução da Obra.	m2	13,14		
5	Alvenarias				



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



CÓD.	DESIGNAÇÃO	UN.	QUANT.	PREÇOS UNITÁRIOS	PREÇO TOTAL
5.1	Fornecimento e assentamento de alvenarias em blocos de cimento em paredes simples, com 0,20 m de espessura, assente com argamassa de cimento e areia ao traço 1:4, incluindo todos os materiais e trabalhos complementares necessários ao seu perfeito assentamento.	m2	30,78		
6	Revestimento de Paredes				
6.1	Fornecimento e aplicação de chapisco, emboço e reboco em paredes exteriores com espessura mínima de 2cm de aplicação manual e acabamento areado fino, executado com argamassa de cimento, cal hidráulica e areia, pronto a receber esquema de pintura.	m2	32,78		
6.2	Fornecimento e aplicação de chapisco, emboço e reboco em paredes interiores com espessura mínima de 2cm de aplicação manual e acabamento areado fino, executado com argamassa de cimento, cal hidráulica e areia, pronto a a receber esquema de pintura.	m2	32,78		
6.3	Fornecimento e aplicação de chapisco, emboço e reboco em membros de portas e janelas exteriores com espessura mínima de 2cm de aplicação manual e acabamento areado fino, executado com argamassa de cimento, cal hidráulica e areia, pronto a a receber esquema de pintura.	ml	12,90		
7	Impermeabilizações				
7.1	Execução de impermeabilização de elementos de betão em contacto com o terreno com pintura com tinta à base de derivados de alcatrão de hulha tipo "INERTOL F Sika", ou equivalente, aplicada em 2 demãos cruzadas incluindo todos os demais trabalhos, materiais e acessórios necessários à sua correta execução.	m2	19,72		
7.2	Fornecimento e aplicação de pintura com emulsão betuminosa tipo Inertol F na cobertura, incluindo o fornecimento e aplicação de tela impermeabilizante, em material betuminoso, com armadura de fibra de vidro e acabamento a xisto sintético (sistema bicapa)	m2	15,19		
8	Pinturas				



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



CÓD.	DESIGNAÇÃO	UN.	QUANT.	PREÇOS UNITÁRIOS	PREÇO TOTAL
8.1	Fornecimento e aplicação de pintura em paredes e tectos interiores, incluindo preparação da superfície para receção da pintura, uma demão de primário do tipo "Primário Cinolite incolor" da "Cin" ou equivalente e três demãos de esmalte acrílico aquoso branco tipo "Cinacryl mate" da "Cin" ou equivalente, demais trabalhos e acessórios necessário à sua execução.	m2	55,44		
8.2	Execução, fornecimento e aplicação de primário tipo CINOLITE 54-850 da CIN, acabamento com tinta tipo NOVAQUA HD da CIN, em exteriores, nas demãos necessárias a um bom acabamento e de acordo com ao preconizado na ficha técnica do produto na cor a definir, incluindo isolamento e proteção de vãos e da área envolvente à zona de intervenção.	m2	35,36		
9	Pavimentos				
9.1	Execução de regularização de pavimento interior, incluindo betonilha pronto a receber pavimento cerâmico.	m2	9,20		
9.2	Fornecimento e assentamento de mosaico Grés Porcelânico com dimensões inferiores a 900cm2 (30x30cm), tipo Grespor técnico, assente em pavimentos interiores em betonilha, incluindo cimento cola, corte e betumagem das juntas.	m2	9,20		
10	Serralharias				
10.1	Execução de montagem de porta metálica previamente reparada (item 3.3), incluindo todos os trabalhos inerentes à sua perfeita instalação. (acesso à instalação)	un	1,00		
10.2	Fornecimento e montagem de vão exteriores de alumínio, vidro duplo, termolacado na cor cinza, incluindo todos os materiais, trabalhos e acessórios complementares necessários à sua perfeita montagem, com as dimensões de 1200x400mm.	un	1,00		
10.3	Fornecimento e montagem de vão exteriores de alumínio, de duas folhas de varrer, termolacado na cor cinza, incluindo todos os materiais, trabalhos e acessórios complementares necessários à sua perfeita montagem, com as dimensões de 900x2000mm.	un	1,00		
11	Acessórios				



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



CÓD.	DESIGNAÇÃO	UNL.	QUANT.	PREÇOS UNITÁRIOS	PREÇO TOTAL
11.1	Fornecimento e instalação de tampas de caleira técnica exterior em PRFV, incluindo aro em cantoneira de aço inoxidável, incluindo fixação, remates e trabalhos complementares à perfeita instalação e funcionamento	ml	9,85		
11.2	Fornecimento e instalação de tampa de pavimento interior em PRFV com as dimensões de 800x800mm, incluindo aro em cantoneira de aço inoxidável, incluindo fixações, remates e trabalhos complementares à sua perfeita instalação e funcionamento.	un	1,00		
12	Rede elétrica				
12.1	Fornecimento e instalação de circuito de iluminação executado à vista com tubagem de PVC, incluindo 3 luminárias interiores LED e uma exterior IP65, interruptores, enfiamento de cabos, ligações ao quadro eléctrico, incluindo todos os acessórios complementares necessários a uma perfeita instalação e funcionamento.	un	1,00		
12.2	Fornecimento e instalação de conjunto de duas caixas plásticas, com porta, uma equipada com platine plástica para aplicação do contador, para baixada trifásica incluindo acessórios e demais elementos.	un	1,00		
12.3	Fornecimento e instalação de baixada aérea trifásica, postelete de 6 metros em aço inox incluindo todos os acessórios e equipamentos de fixação do cabo e tubagem em PVC rígido para baixada aérea conforme CE e regras de instalação da EEM.	un	1,00		
13	Vedações				
13.1	Execução fornecimento e montagem de vedação junto ao Caminho da Apresentação, executado com o reaproveitamento de prumos e porta de acesso em tubo galvanizado pintado na cor verde, nova rede de malha solta plastificada, incluindo esticadores, fixações e todos os trabalhos inerentes à boa execução.	ml	10,26		
14	Rede de Adução				
14.1	Abertura de Valas				



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



CÓD.	DESIGNAÇÃO	UN.	QUANT.	PREÇOS UNITÁRIOS	PREÇO TOTAL
14.1.1	Levantamento e remoção de pavimentos de natureza betuminosa, ou camadas resistentes de material pétreo, incluindo corte, remoção e transporte a depósito para posterior reutilização dos produtos escavados.	m2	6,40		
14.1.2	Escavação de vala em terreno de qualquer natureza, com as dimensões necessárias para permitir o lançamento e montagem de novas, após levantamento dos pavimentos, incluindo demolições e abertura de carote para passagem de tubo PEAD DN160, entivações, drenagem se necessária e todos os trabalhos envolvidos.	m3	6,40		
14.1.3	Transporte para aterro ou para vazadouro dos produtos sobrantes da escavação das valas, incluindo carga, descarga, espalhamento e eventual indemnização por depósito	m3	6,40		
14.2	Fecho de Valas				
14.2.1	Fornecimento e colocação de pó de pedra, para execução do leito de assentamento e envolvimento das tubagens, devidamente regada e compactada, incluindo colocação de fita plástica sinalizadora de cor azul (águas).	m3	3,20		
14.2.2	Fornecimento e colocação de tout-venant para aterro, devidamente regada e compactada em camadas de 0.20 m de espessura máxima.	m3	2,56		
14.3	Reposição de pavimentos e valetas				
14.3.1	Reposição de pavimentos em estradas Municipais, nas condições idênticas às previamente existentes, conforme especificações do C.E.	m2	12,00		
14.4	Lançamento de condutas e acessórios				
14.4.1	Fornecimento e montagem de tubagem em PEAD DN160, PN16, incluindo todos os trabalhos e materiais necessários de acordo com o projeto.	ml	8,00		



ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA



CÓD.	DESIGNAÇÃO	UN.	QUANT.	PREÇOS UNITÁRIOS	PREÇO TOTAL
14.4.2	Fornecimento e montagem de ligação da conduta PEAD DN160 PN16 nova à conduta em PEAD DN63 PN16 existe, incluindo fornecimento dos acessórios, vedantes para flanges com alma metálica, parafusaria em aço inoxidável A4, e todos os trabalhos necessários à execução da tarefa. Constituído por fornecimento e instalação de:	un	1,00		
	1un de união eletrossoldada PEAD DN63 PN16;				
	1un de cone topo a topo PEAD DN110x63 PN16;				
	1un de união eletrossoldada PEAD DN110 PN16;				
	1un de cone topo a topo PEAD DN160x110 PN16;				
	1un de curva 90° eletrossoldada PEAD DN160 PN16;				
	2un de união eletrossoldada PEAD DN160 PN16;				
	1un de colarinho + flange PEAD DN160 PN16				
	de acordo com o projeto e todos os trabalhos acessórios e complementares necessários à boa execução da obra.				
14.5	Caixa de descarga de fundo				
14.5.2	Fornecimento e instalação de troço passa-muros flangeado com redução DN150x100 PN10 316L da gama ASTM Schedule 10S, com saída roscada 2" em aço inoxidável, incluindo fornecimento e montagem de válvula macho esférico M/F de 2" em aço inoxidável, e todos os trabalhos necessários à execução da tarefa.	un	1,00		
TOTAL GERAL					

ANEXO IV. MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁵⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO V. MODELO DE DECLARAÇÃO (caso aplicável)

(a que se refere o n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação)

(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, que a sua representada ⁽²⁾ não está legalmente obrigada ao cumprimento da(s) seguinte(s) obrigação(ões) declarativa(s) relativa(s) a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, em relação ao último exercício económico disponível⁽³⁾:

- ☐ Última declaração de rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira;
- ☐ Última Declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo 10);
- ☐ Última Declaração de rendimentos e retenções de residentes (DMR);
- ☐ Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
- ☐ Anexo R da última declaração periódica do IVA.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁴⁾].

1. Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
2. No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
3. Selecionar as obrigações declarativas fiscais regionais (RAM) a que o adjudicatário não se encontra legalmente obrigado.
4. Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.